

AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL NO SUL DO BRASIL¹

Miren Etxezarreta Zubizarreta²

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

O livro recentemente publicado no Brasil pela Editora da Universidade Federal de Pelotas – Ufpel –, de autoria de Flávio Sacco dos Anjos, docente do Programa de Pós-graduação em Agronomia da universidade, trata do tema da pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar sul-brasileira. Como se sabe, a combinação de outras atividades com a agricultura e a pecuária é uma constante no âmbito rural. Historicamente, todas as formas de produção agropecuária estiveram associadas a essas práticas, tanto nas situações em que os camponeses empenhavam-se em potencializar a diversificação produtiva quanto nas circunstâncias em que se viram obrigados a vender sua força de trabalho para complementar os magros ingressos econômicos que suas pequenas áreas de terra eram capazes de proporcionar.

Com o fim da II Guerra Mundial, aprofundou-se o processo de industrialização dos países, avançando a modernização da agricultura e as transformações sobre os espaços rurais, processo este que inicialmente incidiu sobre os países centrais e posteriormente, via revolução verde, sobre as demais nações do planeta. A vulgarização das novas práticas agrícolas – mecanização, quimificação e produção intensiva – engendraram um duplo fenômeno: de um lado, acarretaram a especialização crescente da atividade agropecuária, fazendo com que as granjas se vissem obrigadas a crescer em dimensão como forma de aproveitar as economias de escala e sobreviver num ambiente cada

¹ Aceito para publicação em setembro de 2003.

² Doutora em Economia pela University of London (Inglaterra), professora catedrática do Departamento de Economia Aplicada da Universitat Autònoma de Barcelona, Edificio B - 08193 Bellaterra (Cerdanyola del Vallès), Espanha. E-mail: miren.etxezarreta@uab.es

vez mais competitivo. Nesse caso, o agricultor converteu-se num empresário-operador que exclusivamente dedicava sua atividade profissional a potencializar sua própria exploração agropecuária. Por outro, muitos trabalhadores agrícolas e proprietários de pequenas explorações conciliaram a exploração de suas unidades de produção com a ocupação de postos de trabalho no ramo da indústria e dos serviços, mediante relação de assalariamento. É o que até então se conhecia como a prática de uma “agricultura a tempo parcial”.

A modernização requer investimentos substanciais e os que melhor podem assumi-los são justamente os agricultores melhor situados, ou seja, os que controlam áreas com melhor potencial para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Ocorre que, diante desse quadro, os próprios agricultores, os agentes políticos e dirigentes sindicais identificavam como “verdadeiros agricultores” somente aqueles que tinham a agricultura como único e exclusivo eixo de sustentação social. Esse fato foi marcante no caso da política agrária da União Européia (PAC), no qual a agricultura a tempo parcial era tomada como um fenômeno transitório associado a agricultores que, inexoravelmente, abandonariam o setor agrário. No melhor dos casos, eram tidos como “agricultores de segunda classe”. Entrementes, a modernização agrária e a política agrícola dos países mais ricos geraram problemas de grande envergadura que passam a afetar tanto a si próprios quanto aos países mais pobres, ao gerar abundantes excedentes agrícolas que fazem despencar os preços internacionais com um alto custo para os sistemas de apoio, uma reiterada incapacidade da atividade agrária para gerar empregos necessários e absorver a população das municipalidades rurais.

Ao longo do tempo, a população abandona o campo, transferindo-se para espaços urbano-industriais, onde, para muitos camponeses e seus familiares, era mais fácil a subsistência, ainda que fosse em condições muito precárias. Mas esse equilíbrio tampouco se mostrava estável. A crise urbana, especialmente a redução drástica da capacidade de absorver a mão-de-obra no setor industrial e de serviços, sob o impacto generalizado das modernas tecnologias, aprofunda ainda mais a precarização dos mercados de trabalho. Encontramo-nos, pois, diante de um duplo e paradoxal impasse: um ambiente rural que se desertifica e uma ingente população urbana que não encontra meios efetivos de reprodução social.

Simultaneamente, os novos tempos identificam novas formas de vida em que certas capas sociais médias e urbanas demandam certos serviços em relação ao campo – turismo rural, ócio e espaço para os esportes e para o contato com a natureza – que, por fim, geram oportunidades para o surgimento de pequenas empresas e postos de trabalho orientados ao atendimento dessas mesmas necessidades. Proporcionar tais serviços, combinados com o exercício das atividades agrárias, permitiria manter os produtores nos espaços rurais e ao mesmo tempo assegurar o dinamismo das comunidades e dos pequenos municípios.

Nos países ricos e de altos subsídios agrários, tal diversificação faria com que paulatinamente se pudesse diminuir o patamar de proteção dos preços dos produtos agrícolas³. A agricultura fora, finalmente, reinventada. O que agora se denomina “pluriatividade” vai muito mais além da dupla inserção profissional (agricultura-indústria), que tende a descender pelas circunstâncias referidas, mas em atividades mais ou menos esporádicas e de natureza extremamente diversificada. A tão criticada forma de produção da etapa anterior atrai agora todos os olhares e esperanças, como se fora um novo modo de organização social capaz de resolver muitos dos dilemas com que se defrontam as sociedades contemporâneas nos mais distintos contextos.

Existe, no limite, um amplo debate acerca do alcance e das possibilidades dessas premissas em termos de suas próprias contradições e limites. Uma controvérsia viva entre seus partidários e seus detratores. Debate esse de extrema importância ante os problemas que atravessa não só o campo como o conjunto de nossa civilização. Seja qual for a avaliação final que se faça a respeito desse fenômeno, a discussão serena, informada e profunda acerca do mesmo é absolutamente imprescindível. A obra em evidência representa um importante aporte a essas questões. Flávio Sacco dos Anjos produziu um texto de amplo enfoque e rigor no qual aborda o tema da pluriatividade em seus múltiplos aspectos.

De uma posição inicialmente favorável a essa forma de organização da agri-

³ Nas Reformas da PAC de 1992, a União Européia abandonou definitivamente o objetivo de que os apoios agrários assegurassem um nível de vida satisfatório à população agrícola em relação ao conjunto da sociedade, assumindo assim, oficialmente, uma posição que anteriormente já havia anunciado, sem no entanto explicitá-la, de que os pequenos produtores deveriam combinar atividades se desejassem manter-se na agricultura.

M. E. Zubizarreta

cultura familiar, o autor investigou profundamente sua validade no âmbito dos países centrais para o caso de uma nação como o Brasil, imerso num profundo processo de transformação. O livro de Flávio Sacco dos Anjos servirá como um poderoso instrumento para aprofundar o exame dessa matéria em meio às incertezas que se vislumbram para o século 21. Nesse contexto, trata-se de um trabalho que pode contribuir para que o meio rural brasileiro seja integrado de um modo dinâmico e harmônico na construção de uma outra sociedade da qual todos nós desejamos fazer parte.

Barcelona, setembro de 2003.